

Compromisso entre Ricos e Pobres

Luís Mah, coordenador

Objectivo 2015 – Campanha do Milénio das Nações Unidas

Na edição de 8 de Dezembro do “Expresso”, Miguel Monjardino pôs em causa a eficácia da Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) no contexto africano. “A ajuda externa perpetuou a pobreza e a tirania”, concluía aquele colunista. Trata-se de uma percepção injusta e simplista.

Injusta porque quando hoje em dia falamos de APD e desenvolvimento não falamos apenas de aumentar o seu volume. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) – um pacto entre os países ricos e pobres para acabar com a pobreza extrema até 2015 – são muito claros. Os países ricos comprometem-se a dar não só mais APD mas também a melhorar a sua eficácia, a perdoar a dívida e a oferecer oportunidades comerciais mais justas. Por seu lado, os países pobres responsabilizam-se por melhorar as suas próprias políticas públicas, sem as quais a ajuda externa deixa de ser eficaz, e a tornarem-se mais responsáveis perante as suas populações.

Simplista porque não é pondo fim à APD que se resolve um desafio tão complexo como o do desenvolvimento. Não existe uma receita mágica que rapidamente melhorará tudo, mas temos já um conjunto de medidas que pode garantir que a APD irá contribuir para o desenvolvimento: a Declaração de Paris Sobre Eficácia da Ajuda, assinada em 2005 por quase todos os países doadores (Portugal já assinou) e muitos países pobres.

Retomando o espírito da Declaração do Milénio de 2000, em Paris assumiu-se o princípio de equidade e de co-responsabilidade entre países ricos e pobres. Uns e outros assumem compromissos concretos e são responsabilizados pela sua implementação.

Só se os governos forem responsáveis é que poderão ser responsabilizados, e só quando eles forem chamados à responsabilidade pelos cidadãos é que irão desenvolver os seus países. Por isso a Campanha do Milénio das Nações Unidas trabalha em conjunto com a sociedade civil e os cidadãos em todo o mundo para que os governos cumpram com as suas promessas junto dos mais pobres.

Se olharmos, por exemplo, para o último relatório das Nações Unidas para os estados dos ODM em África (Julho de 2007), tem havido avanços consideráveis neste continente. A Zâmbia decidiu suspender as taxas

moderadoras de serviços de saúde fundamentais nas zonas rurais; o Burundi passou a oferecer serviços médicos gratuitos para as mães e os filhos; no Níger, um conjunto de reformas políticas levou a um programa de reflorestação nacional que melhorou substancialmente o modo de vida de centenas de milhares de pessoas nas zonas rurais, reduzindo a sua vulnerabilidade à seca; no caso do Senegal, espera-se que consiga alcançar as metas dos ODM para os serviços de abastecimento de água potável e de saneamento devido a um programa de investimento financiado com a ajuda de doadores e Moçambique, por fim, tem conseguido baixar os índices de mortalidade infantil e materna.

É nestes factos que também reside a esperança e o optimismo em África.

Publicado no jornal “Expresso” - 29 de Dezembro 2007